



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 104.526 /06

ACORDO Nº 2009/068.0

ACORDO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS,  
OBJETIVANDO A COLABORAÇÃO  
MÚTUA NO CAMPO DE SUAS  
ATIVIDADES AUDIOVISUAIS,  
JORNALÍSTICAS, EDUCATIVAS E  
CULTURAIS.

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, doravante denominada simplesmente CÂMARA, neste ato representada por seu Presidente, Deputado MICHEL TEMER, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília – DF, e a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, situada na Rua Rodrigues Caldas, nº 30 – 2ª andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte – M.G., inscrita no CNPJ sob o nº 17.516.113/0001-47, doravante denominada simplesmente ASSEMBLÉIA, neste ato representada por seu Presidente, Deputado ALBERTO PINTO COELHO, brasileiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte – M.G., resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural, em conformidade com as disposições contidas no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/01, de 07/06/01, publicado no D.O.U de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, doravante denominada LEI, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objeto a participação conjunta da TV CÂMARA e da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS na elaboração e no desenvolvimento de atividades audiovisuais, jornalísticas, educativas e culturais de mútuo interesse, em especial na disponibilização de imagens e



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

de material informativo e na veiculação de programas para difusão televisiva.

Parágrafo primeiro – Os programas e outros materiais informativos a que se referem esse Acordo não poderão ser utilizados com propósitos comerciais, de propaganda política ou ideológica.

Parágrafo segundo – A exibição de programas, pelos partícipes, atenderá às condições de funcionamento das emissoras que mantêm ou às que estão ligadas.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLÉIA:**

São obrigações da ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS:

- i. Colocar à disposição da TV CÂMARA, quando solicitada e dentro de suas possibilidades, a infra-estrutura técnica necessária à produção, geração e transmissão, em sua sede, de programas jornalísticos de interesse da TV CÂMARA, com prévio acordo operacional entre as partes;
- ii. Fornecer à TV CÂMARA material de arquivo de sua produção (programas, vídeos, imagens e outros produtos audiovisuais) e sobre o qual detenha os direitos autorais patrimoniais, para utilização em programas de uso da própria TV CÂMARA;
- iii. Autorizar a TV CÂMARA a transmitir matérias e programas produzidos pela TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS, cuja seleção será feita em comum acordo entre as partes;
- iv. Responsabilizar-se pelas despesas com o material de consumo necessário à produção dos programas jornalísticos que vier a realizar nos estúdios da TV CÂMARA;
- v. Responsabilizar-se pela remuneração e demais encargos dos funcionários da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS que irão atuar nos programas jornalísticos referidos no subitem anterior, bem como pelas despesas de recepção dos sinais, via satélite, até a sua sede.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA**

São obrigações da CÂMARA:

- i. Colocar à disposição da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS, quando solicitada e dentro de suas possibilidades, a infra-estrutura técnica necessária à produção, geração e transmissão, em Brasília – DF, de programas jornalísticos de interesse da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS, com prévio acordo operacional entre as partes;



- ii. Fornecer à TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS material de arquivo de sua produção (programas, vídeos, imagens e outros produtos audiovisuais) e sobre o qual detenha os direitos autorais patrimoniais, para utilização em programas de uso da própria TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS;
- iii. Autorizar a TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS a transmitir matérias e programas produzidos pela TV CÂMARA, cuja seleção será feita em comum acordo entre as partes;
- iv. Responsabilizar-se pelas despesas com o material de consumo necessário à produção dos programas jornalísticos que vier a realizar nos estúdios da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS;
- v. Responsabilizar-se pela remuneração e demais encargos dos funcionários da TV CÂMARA que irão atuar nos programas jornalísticos referidos no subitem anterior, bem como pelas despesas de recepção dos sinais, via satélite, até a sua sede em Brasília – DF;
- vi. Cooperar com a TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS na realização de projetos audiovisuais de interesse mútuo, em regime de co-produção, disponibilizando equipamentos, estúdios e outros recursos de produção para gravação de material audiovisual de interesse da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O presente Acordo desonera quaisquer obrigações financeiras das partes signatárias no atendimento de suas cláusulas.

Parágrafo primeiro – Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução deste Acordo.

Parágrafo segundo – A cessão de material de arquivo de produção dos partícipes, prevista no item II da Cláusula Segunda e no item II da Cláusula Terceira, é a título gratuito e sem encargos.

Parágrafo terceiro - As despesas, porventura decorrentes da operacionalização deste Acordo, correrão à conta de contratos já firmados com outras empresas, ou, ainda, por meio de instrumentos específicos, mediante prévia autorização do Senhor Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, por parte da TV Câmara, e prévia autorização do Diretor-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por parte da TV ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS.



## **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE E VEICULAÇÃO**

As matérias, vídeos e programas realizados em regime de co-produção serão de propriedade das partes, que deterão sobre eles, em igualdade de condições, todos os direitos autorais, direitos de imagem e conexos.

Parágrafo primeiro – Quando da veiculação, sempre que houver solicitação escrita da parte cedente, far-se-á constar a fonte ou a co-produção das matérias e programas.

Parágrafo segundo – Nenhum dos partícipes poderá reproduzir ou ceder a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, no todo ou em parte, qualquer programa ou imagem por eles transmitidos nos termos deste instrumento, sob pena de imediata denúncia deste Acordo por iniciativa da parte que se sentir prejudicada quanto ao pleno exercício de seus direitos autorais.

Parágrafo terceiro – A reprodução ou cessão de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada às TV's conveniadas às partes, em qualquer mídia existente ou que vier a existir, desde que previamente autorizada pela parte detentora dos direitos autorais.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS**

As partes poderão buscar parcerias para a realização de co-produção de programas e/ou vídeos e, no caso de ocorrerem despesas, o processo para custeá-la será consignado em instrumento específico, mediante concordância das partes, obedecendo, previamente, os procedimentos administrativos e legais de cada parte.

Parágrafo único – A realização de matérias e programas em regime de co-produção depende de prévia autorização.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VEICULAÇÃO TELEVISIVA**

Por este instrumento, os partícipes dispensam, entre si, autorização prévia para exibição de todos os programas e vídeos, desde que cedidos por força deste instrumento.

Parágrafo primeiro – As partes se obrigam a devolver as fitas referentes à programação intercambiada sempre que isso se fizer necessário. Os custos decorrentes do transporte das fitas serão da inteira responsabilidade da parte que solicitar a exibição dos programas, dos vídeos ou mesmo de imagens e outros materiais audiovisuais.

Parágrafo segundo – Os programas de vídeos somente poderão ser exibidos integralmente, com todos os seus blocos de conteúdos e intervalos, inclusive com as chamadas de seus realizadores (e/ou as entidades que



prestam apoio cultural para a sua execução), podendo as partes acrescentar a eles apresentações e vinhetas.

Parágrafo terceiro – É livre a reapresentação dos programas cedidos entre as partes.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado, bem como denunciado de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer uma delas, mediante comunicação escrita, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único – O presente Acordo poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Acordo deverá ser publicado pela Câmara dos Deputados, de forma resumida, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR**

Considera-se órgão fiscalizador do presente Acordo a Coordenação da TV Câmara, localizada no Edifício Principal da Câmara dos Deputados, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização deste Acordo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Acordo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Brasília, 21 de setembro de 2009.

Pela CÂMARA:

Pela Assembléia - MG

Deputado Michel Temer  
Presidente

Deputado Alberto Pinto Coelho  
Presidente

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_